

AVALIAÇÃO EXTERNA DAS ESCOLAS

Relatório
Escola Secundária de
Gago Coutinho
VILA FRANCA DE XIRA

23 e 24 fev.
2012

Área Territorial de Inspeção
de Lisboa e Vale do Tejo

1 – INTRODUÇÃO

A [Lei n.º 31/2002](#), de 20 de dezembro, aprovou o sistema de avaliação dos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, definindo orientações gerais para a autoavaliação e para a avaliação externa. Neste âmbito, foi desenvolvido, desde 2006, um programa nacional de avaliação dos jardins de infância e das escolas básicas e secundárias públicas, tendo-se cumprido o primeiro ciclo de avaliação em junho de 2011.

A então Inspeção-Geral da Educação foi incumbida de dar continuidade ao programa de avaliação externa das escolas, na sequência da proposta de modelo para um novo ciclo de avaliação externa, apresentada pelo Grupo de Trabalho ([Despacho n.º 4150/2011](#), de 4 de março). Assim, apoiando-se no modelo construído e na experimentação realizada em doze escolas e agrupamentos de escolas, a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC) está a desenvolver esta atividade consignada como sua competência no [Decreto Regulamentar n.º 15/2012](#), de 27 de janeiro.

O presente relatório expressa os resultados da avaliação externa da [Escola Secundária de Gago Coutinho – Vila Franca de Xira](#), realizada pela equipa de avaliação, na sequência da visita efetuada nos dias **23 e 24 de fevereiro**. As conclusões decorrem da análise dos documentos fundamentais da Escola, em especial da sua autoavaliação, dos indicadores de sucesso académico dos alunos, das respostas aos questionários de satisfação da comunidade e da realização de entrevistas.

Espera-se que o processo de avaliação externa fomente e consolide a autoavaliação e resulte numa oportunidade de melhoria para a Escola, constituindo este documento um instrumento de reflexão e de debate. De facto, ao identificar pontos fortes e áreas de melhoria, este relatório oferece elementos para a construção ou o aperfeiçoamento de planos de ação para a melhoria e de desenvolvimento de cada escola, em articulação com a administração educativa e com a comunidade em que se insere.

A equipa regista a atitude de empenhamento e de mobilização da Escola, bem como a colaboração demonstrada pelas pessoas com quem interagiu na preparação e no decurso da avaliação.

ESCALA DE AVALIAÇÃO

Níveis de classificação dos três domínios

EXCELENTE – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e muito acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais consolidadas, generalizadas e eficazes. A escola distingue-se pelas práticas exemplares em campos relevantes.

MUITO BOM – A ação da escola tem produzido um impacto consistente e acima dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fortes predominam na totalidade dos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais generalizadas e eficazes.

BOM – A ação da escola tem produzido um impacto em linha com o valor esperado na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. A escola apresenta uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, em resultado de práticas organizacionais eficazes.

SUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. As ações de aperfeiçoamento são pouco consistentes ao longo do tempo e envolvem áreas limitadas da escola.

INSUFICIENTE – A ação da escola tem produzido um impacto muito aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Os pontos fracos sobrepõem-se aos pontos fortes na generalidade dos campos em análise. A escola não revela uma prática coerente, positiva e coesa.

O relatório da Escola e o contraditório apresentados no âmbito da **Avaliação Externa das Escolas 2011-2012** estão disponíveis na [página da IGEC](#).

2 – CARACTERIZAÇÃO DA ESCOLA

A Escola Secundária de Gago Coutinho situa-se na freguesia de Alverca, concelho de Vila Franca de Xira, distrito de Lisboa. Foi criada como secção da Escola Industrial e Comercial de Vila Franca de Xira no ano letivo de 1969-1970 para responder, ao tempo, às necessidades de educação e de formação locais. Em 1971-1972 autonomizou-se e passou a designar-se Escola Técnica de Gago Coutinho. No ano de 2008-2009 foi objeto de fusão com a Escola Secundária Infante D. Pedro. O estabelecimento de ensino encontra-se a ser intervencionado pela Parque Escolar, E.P.E. desde Março 2011.

Frequentam o estabelecimento de ensino 1162 alunos/formandos: 697 no ensino secundário regular (28 turmas), 38 nos cursos tecnológicos (2 turmas), 347 nos cursos profissionais (15 turmas), 25 no ensino recorrente (3 turmas) e 55 nos cursos de educação e formação para adultos (4 turmas).

A Escola é frequentada por alunos de outras nacionalidades que correspondem a 10% da população discente. No que respeita à Ação Social Escolar, verifica-se que 85% dos alunos não beneficiam de auxílios económicos. Possuem computador com ligação à internet 9% dos discentes.

Exercem funções na organização educativa 143 professores, dos quais 87% pertencem aos quadros, o que indica um grau de estabilidade elevado, e a mesma percentagem leciona há 10 ou mais anos, indiciando uma grande experiência profissional. O pessoal não docente perfaz 48 trabalhadores, sendo que seis deles são técnicos superiores, a maioria a exercer funções no Centro Novas Oportunidades. No seu conjunto, 77% têm 10 ou mais anos de serviço.

Os dados disponíveis indicam que 6% dos pais e encarregados de educação têm formação de nível superior e 13% de secundário e superior. Quanto à sua ocupação profissional, 26% exercem atividades de nível superior e intermédio.

No ano letivo de 2010-2011, ano para o qual há referentes nacionais calculados, os valores das variáveis de contexto da Escola situam-se acima das medianas nacionais para a percentagem de alunos do 12.º ano que não beneficiam de auxílios económicos, no âmbito da Ação Social Escolar, de pais e encarregados de educação que exercem atividades profissionais de nível superior e intermédio e de docentes pertencentes aos quadros. Os valores observados para a formação de nível secundário ou superior dos pais e encarregados de educação e para os alunos com computador e internet encontram-se abaixo dos referentes nacionais. Estes dados apontam, assim, globalmente, para um contexto socioeconómico em linha com a mediana nacional.

3 – AVALIAÇÃO POR DOMÍNIO

Considerando os campos de análise dos três domínios do quadro de referência da avaliação externa e tendo por base as entrevistas e a análise documental e estatística realizada, a equipa de avaliação formula as seguintes apreciações:

3.1 – RESULTADOS

RESULTADOS ACADÉMICOS

A Escola procede a uma análise pormenorizada dos resultados académicos dos seus alunos. Para tal, criou *observatórios de avaliações* que recolhem informação diversa e a disponibilizam aos diferentes órgãos/estruturas, que se dedicam, posteriormente, à sua interpretação. Produzem-se ainda relatórios,

como os que são elaborados a propósito dos exames dos cursos profissionais destinados à recuperação de módulos em atraso, que fornecem outros indicadores relevantes sobre os desempenhos dos alunos.

Aquelas práticas têm permitido a identificação de áreas de insucesso e a conseqüente definição de medidas com vista à melhoria dos resultados, onde se destacam, por exemplo, o reforço da carga horária semanal das disciplinas sujeitas a exame nacional e a sala de estudo, bem como outras ações em função dos problemas diagnosticados. Apesar disso, verifica-se que há, por vezes, nos discursos dos interlocutores, no âmbito da identificação das causas do insucesso, uma acentuada externalização das mesmas, o que poderá efetivamente comprometer a implementação de estratégias mais adequadas.

As taxas de transição/conclusão do ensino secundário, no último triénio, nos cursos científico-humanísticos, revelam ligeiras oscilações. Porém, no último ano letivo, assiste-se a uma evolução nos 10.º e 12.º anos relativamente ao ano anterior, ainda que, neste último caso, o valor alcançado continue aquém do expectável para a Escola que deveria situar-se, de acordo com o contexto em que a mesma se insere, próximo das médias nacionais. Aliás, em 2009-2010, a taxa de conclusão do 12.º ano situa-se mesmo muito aquém do valor esperado. No que diz respeito às classificações finais das disciplinas de português e matemática, naquele ano letivo, situam-se dentro daquele valor.

Em relação aos exames nacionais, os resultados obtidos encontram-se, em vários casos, dentro das médias nacionais (português, matemática, história A, geografia A, por exemplo), o que corresponde ao expectável, atendendo ao contexto da Escola. É de assinalar, ainda assim, o desfaseamento entre as classificações internas e as de exame, em especial nas disciplinas de biologia e geologia, física e química A e geometria descritiva A que chega a atingir, em alguns casos, diferenças superiores a 4 valores.

No âmbito dos cursos tecnológicos, as taxas de transição/conclusão têm regredido, no triénio, atingindo um valor muito baixo no 12.º ano, em 2010-2011: 27,8%. Refira-se que estes dados se reportam ao curso tecnológico de desporto, cujos percursos são marcados, em alguns anos, por elevadas taxas de retenção e de desistência.

Os cursos de educação e formação concluídos no período em análise são marcados, na maioria dos casos, por taxas de conclusão superiores a 90%, reflexo de que o trabalho desenvolvido foi, na generalidade, eficaz, ainda que um deles registe uma taxa de 59%. Já entre os cursos profissionais aquelas são, globalmente, baixas, atingindo mesmo, em alguns percursos, índices de insucesso preocupantes. Refira-se que este tipo de oferta tem registado taxas de desistência muito significativas, sobretudo no 1.º ano dos cursos, sendo em 2010-2011, por exemplo, de 28%. Face a estes resultados, o estabelecimento de ensino tem adotado algumas estratégias. Além da organização de diversas épocas para recuperação de módulos em atraso, é de destacar, também, a criação dos gestores de módulos em atraso, entre outras medidas.

A taxa desistência assume, assim, alguma relevância nos cursos profissionais e no curso tecnológico de desporto. No que concerne aos cursos científico-humanísticos, aquela não é expressiva apesar de ter algum significado no 10.º ano de escolaridade. Estas situações demonstram que o trabalho desenvolvido na prevenção/resolução dos casos não tem sido suficientemente eficaz.

RESULTADOS SOCIAIS

A Escola apresenta resultados satisfatórios ao nível do comportamento/disciplina. Ainda que no ano letivo de 2008-2009 se tenham verificado problemas de violência muito graves, alguns exigindo mesmo a intervenção das forças policiais, assiste-se, presentemente, a um ambiente educativo calmo, em que as situações de indisciplina grave assumem um carácter pontual. O número de alunos a quem foram aplicadas medidas disciplinares sancionatórias, no último ano letivo, é, de facto, residual, verificando-se, todavia, um aumento significativo das medidas corretivas.

Reconhece-se, na verdade, um trabalho mais assertivo e exigente relativamente ao cumprimento de regras e que contribuiu para a melhoria do ambiente educativo. A divulgação do regulamento interno e uma intervenção rápida dos responsáveis, por exemplo, são aspetos a sublinhar. Também o reforço de regras na portaria do estabelecimento de ensino tem tido impacto positivo e concorre para a satisfação dos pais e encarregados de educação em relação à segurança escolar.

Em sala de aula, regista-se, no geral, um ambiente propício à aprendizagem, ainda que se identifiquem algumas situações de indisciplina. Aliás, só 32,7% dos alunos concorda/concorda totalmente que nas aulas há um ambiente de tranquilidade e respeito e um número relativamente pequeno de docentes concorda/concorda totalmente que o comportamento dos alunos é bom.

Refira-se que a educação para a cidadania constitui um dos objetivos considerados prioritários no projeto educativo. A participação dos alunos na Assembleia Municipal Jovem ilustra a importância concedida ao desenvolvimento do espírito democrático. A educação para a saúde constitui outras das áreas privilegiadas, promovendo-se múltiplas iniciativas sobre temáticas como a sexualidade, a alimentação saudável, entre outros, sobressaindo o trabalho de parceria no âmbito do Plano Integrado de Prevenção das Toxicodependências e com o centro de saúde, por exemplo. A educação para a solidariedade assume alguma importância, nomeadamente ao nível do curso profissional de Técnico de Apoio Psicossocial, responsável pela dinamização de diversas campanhas. A Escola concede também atenção à temática da interculturalidade, disponibilizando, por exemplo, o curso de português para falantes de outras línguas e um curso livre de língua e cultura alemãs e organizando atividades como *Danças do Mundo*.

Em matéria de participação dos alunos na vida da escola, recolheram-se evidências que mostram um certo alheamento dos discentes face a alguns processos de tomada de decisão. Saliente-se que apenas 17,5% dos alunos concorda/concorda totalmente que as suas sugestões são tidas em conta pelos professores e pela direção. Além disso, os discentes, tal como os encarregados de educação, não são convocados para participar nos conselhos de turma. Um dos representantes daqueles, no conselho geral, não tem tido uma participação regular nas reuniões. A própria associação de estudantes tem limitado, predominantemente, a sua atuação à organização de eventos festivos e desportivos, o que não deixa de ser positivo, mas não se conhece a assunção de responsabilidades, noutras áreas, que possam ditar um papel mais profícuo.

Apesar disso, identificam-se aspetos mais bem conseguidos, como a promoção, pela direção, de assembleias de delegados, destinadas à discussão/debate em torno do funcionamento da Escola, ainda que alguns elementos não sejam assíduos, e a representação mais empenhada dos discentes no conselho pedagógico.

RECONHECIMENTO DA COMUNIDADE

A satisfação da comunidade educativa apresenta alguma divergência, como o revelam os resultados obtidos nos questionários aplicados aos alunos, encarregados de educação e trabalhadores. De facto, constata-se que uma taxa pouco expressiva dos alunos assegura gostar da sua escola, enquanto um número razoável de pais e encarregados de educação gosta que os seus educandos a frequentem. Já no que diz respeito ao pessoal docente e não docente, uma grande percentagem gosta de trabalhar neste estabelecimento de ensino. No entanto, é de referir que a suspensão da segunda fase das obras, no âmbito do Programa de Modernização das Escolas do Ensino Secundário, é um constrangimento a ponderar no impacto das respostas obtidas.

Os entrevistados destacam que a Escola alcançou uma imagem favorável quanto ao seu ambiente, segurança, exigência na preparação dos discentes e oferta diversificada. A multiplicidade de cursos profissionais disponibilizados, em articulação com as necessidades das empresas locais, representa um fator decisivo na capacidade de atração do estabelecimento de ensino. Neste âmbito, é de assinalar, em

especial, o trabalho desenvolvido com o curso de Técnico de Manutenção de Aeronaves, que resulta de uma parceria muito bem conseguida com as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico (OGMA).

A Escola dá destaque ao sucesso dos alunos, valorizando os bons resultados e os comportamentos meritoriais através da atribuição de prémios de mérito e de honra. As respetivas menções são registadas e os prémios entregues em cerimónias realizadas nos dias do patrono e da entrega do diploma e na festa de encerramento do ano letivo. A página *web* institucional e expositores constituem outras formas de divulgação destes e de outros prémios alcançados.

A Escola tem dado o seu contributo para o desenvolvimento da comunidade envolvente, nomeadamente através da cedência de instalações para a realização de atividades de diversas instituições. Tem dado resposta, também, às necessidades locais de formação pessoal e profissional, através da oferta de cursos de educação e formação de adultos. O Centro Novas Oportunidades, situado no estabelecimento de ensino, tem desempenhado, de facto, um papel importante nesta matéria.

A ação da Escola tem produzido um impacto, no geral, aquém dos valores esperados na melhoria das aprendizagens e dos resultados dos alunos e nos respetivos percursos escolares. Têm sido implementadas ações de aperfeiçoamento com impacto positivo, em algumas áreas, como os resultados sociais, mas aquelas não têm sido suficientemente eficazes ao nível dos resultados académicos. Tais fundamentos justificam a atribuição da classificação de **SUFICIENTE**.

3.2 – PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EDUCATIVO

PLANEAMENTO E ARTICULAÇÃO

A articulação vertical não é muito evidente nas práticas desenvolvidas, até porque a Escola oferece apenas o nível secundário. Contudo, também não se verifica uma ligação consistente aos estabelecimentos de ensino de proveniência dos alunos, em especial com um deles, situado nas imediações, que permita a garantia da sequencialidade das aprendizagens dos discentes. Mesmo assim, merece referência o trabalho desenvolvido pela psicóloga, no âmbito da educação especial, caracterizado por ações mais relevantes com vista à obtenção de informação sobre o percurso dos discentes de modo a salvaguardar-se, logo no início do ano letivo, a implementação das medidas consideradas necessárias. A divulgação da oferta educativa do estabelecimento de ensino, junto dos alunos do 9.º ano de escolaridade que se deslocam à escola para esse fim, representa, também, uma prática positiva que poderá ser o embrião de um trabalho mais consolidado, no futuro.

Ao nível horizontal, a interdisciplinaridade não constitui, também, um campo onde a Escola aposte significativamente. Na verdade, os projetos curriculares de turma analisados não evidenciam atividades que ponham em relevância a articulação efetiva dos conteúdos disciplinares. O plano anual de atividades contempla apenas algumas iniciativas pontuais com vista a esse objetivo, designadamente visitas de estudo, como as que se realizam entre as disciplinas de português e outras da área das ciências experimentais, por exemplo.

O planeamento de atividades que têm em conta as especificidades do meio é, porém, um aspeto positivo a considerar. Por um lado, verifica-se que são promovidas múltiplas visitas de estudo locais, aproveitando-se, assim, para contextualizar o currículo e tirar partido dos recursos disponíveis. São disso exemplo as visitas à Central de Cervejas de Vialonga, ao Centro Interpretativo das Linhas Defensivas do Forte da Casa e ao Núcleo Museológico de Alverca. Por outro, no âmbito da literatura, promovem-se atividades como a exposição e palestra, dinamizadas pela biblioteca escolar, sobre a obra de Alves Redol, escritor natural de Vila Franca de Xira, e as visitas ao Museu do Neo-Realismo, naquela localidade. Destaque, também, para a participação em iniciativas como a Culturalverca e Conversas

com Impacto, da responsabilidade da Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo e da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, respetivamente.

De salientar que se registam práticas de trabalho colaborativo entre os docentes que lecionam as mesmas disciplinas, em especial ao nível da elaboração das planificações a médio e longo prazo. Na produção de materiais pedagógicos, instrumentos de avaliação e na preparação das atividades letivas este trabalho cooperativo não se encontra generalizado, sendo mais evidente em alguns grupos de recrutamento, como o de física e química, o de inglês e o de matemática, por exemplo.

Refira-se que a direção tem implementado medidas que visam potenciar o trabalho em equipa, nomeadamente a afetação de tempos da componente não letiva, ainda que apenas aos docentes de algumas disciplinas, e a disponibilização de um período comum, nos horários, para a realização de reuniões de trabalho. A adesão aos testes intermédios afigura-se igualmente como uma estratégia que tem contribuído para uma maior articulação entre os professores. A partilha de materiais acontece com frequência, facilitada pela existência do correio eletrónico institucional.

PRÁTICAS DE ENSINO

As práticas de ensino contemplam metodologias ativas e experimentais na generalidade das disciplinas. Na verdade, os discentes são estimulados a realizarem trabalho autónomo através de pesquisas, de projetos e, em algumas situações, de estudo de casos, e incentivados a procederem às respetivas apresentações. As aulas laboratoriais, por sua vez, propiciam o desenvolvimento da literacia científica, a par de outras atividades, com destaque para *Cientistas por um Dia*, *Noite Astronómica* e aulas práticas na Universidade Lusófona (*Criar Saberes*). A concretização de saídas de campo como a denominada *Geologia na Mochila e Pé no Chão*, ao Geoparque de Arouca, as visitas de estudo ao Museu da Ciência, a fábricas, a empresas e a feiras profissionais, por exemplo, bem como a assistência a palestras como a *Geogago e Biogago*, proporcionam, igualmente, a consolidação das competências científicas e profissionais. Mesmo assim, é de referir o facto de, em algumas situações, na formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais, os alunos não serem cabalmente envolvidos em tarefas relacionadas com o perfil de desempenho à saída do curso.

A Escola propicia apoios aos alunos com necessidades educativas especiais de forma adequada. A psicóloga, na ausência de continuidade de funções do docente de educação especial, tem garantido uma articulação eficaz com os diretores de turma, docentes e pais e encarregados de educação. Entre os recursos mobilizados é de referir, entre outros, a Redes – Centro Comunitário de Apoio Psicológico e Pedagógico de Loures, a Cercitejo - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Crianças Inadaptadas, a Associação para a Integração de Pessoas com Necessidades Especiais e o Centro de Apoio ao Desenvolvimento Infantil de Cascais que, no seu conjunto, têm permitido dar resposta, entre outros, ao despiste clínico e encaminhamento de alunos e a necessidades de sensibilização/formação a docentes e a discentes.

As práticas de diferenciação pedagógica, contudo, não se encontram generalizadas, sendo pontualmente referidas para as situações dos alunos com necessidades educativas especiais.

A oferta educativa é promotora do desenvolvimento de competências no domínio artístico. Para além da disponibilização do curso de Artes Visuais, da participação anual na iniciativa concelhia *Aprendizes do Fingir*, projetos como o núcleo de teatro “O Pancadinhas” têm permitido o aperfeiçoamento em artes dramáticas a alunos e ex-alunos. O curso profissional de Técnico de Apoio Psicossocial tem, também, proporcionado a produção de trabalhos no âmbito artístico.

As práticas de ensino contemplam, também, o uso das tecnologias da informação e comunicação. Verifica-se uma utilização generalizada do correio eletrónico e, com menor expressão, da plataforma *moodle*. Estes facilitam uma comunicação mais célere entre docentes e discentes e o trabalho autónomo destes últimos. Os *blogues*, como recurso educativo, existem em alguns casos. No entanto, somente 40%

dos docentes afirma que o uso dos computadores em sala de aula é uma prática comum e apenas 32,4% dos alunos refere usar o computador na sala de aula com alguma frequência.

De referir, ainda, o envolvimento dos alunos em projetos estimulantes como o *PORTIC@*, no âmbito do ensino e aprendizagem do português, o *Rainbow*, na área da robótica e o jornal escolar *O Gago*.

A supervisão da prática letiva em sala de aula continua por instituir, acontecendo apenas para os casos de avaliação de desempenho docente e de existência de problemas de relacionamento pedagógico. Não se valoriza, assim, um campo que poderá contribuir para o desenvolvimento profissional dos docentes e, conseqüentemente, para a melhoria das aprendizagens.

MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO ENSINO E DAS APRENDIZAGENS

O projeto curricular de escola estabelece algumas normas relativas ao processo de avaliação das aprendizagens, mas não inclui a participação dos alunos e dos pais e encarregados de educação, a integração de informação ou a articulação entre a avaliação formativa e a avaliação sumativa, por exemplo, não se constituindo como uma verdadeira política que oriente as tomadas de decisão dos professores.

As entrevistas realizadas confirmaram que há práticas de avaliação formativa, em várias disciplinas, já que os docentes fornecem aos alunos um *feedback* sobre os seus desempenhos nas diferentes tarefas, tendo por referência as aprendizagens a realizar. Porém, algumas das planificações anuais analisadas não demonstram como é que aquela modalidade é desenvolvida. Além disso, os critérios de avaliação de algumas disciplinas, divulgados na página eletrónica, são apenas orientados para o processo de classificação dos alunos. De referir que se verifica, junto de alguns pais e encarregados de educação e alunos, alguma insatisfação relativamente à insuficiente explicitação dos critérios utilizados na correção de testes, por exemplo.

A concretização de atividades de auto e heteroavaliação é outro dos aspetos positivos a sublinhar, ainda que a primeira se concretize, por norma, apenas no final de cada período/módulo, o que não possibilita que os alunos assumam um papel mais ativo na regulação das suas aprendizagens.

A realização de matrizes e/ou testes comuns, em algumas disciplinas, são boas práticas, mas não se encontram generalizadas, o que poderá comprometer a fiabilidade e equidade da avaliação. Ainda assim, regista-se, como positiva, a adesão aos testes intermédios e o preenchimento de grelhas com toda a informação respeitante ao processo de avaliação, por parte dos professores. Também a análise e a discussão dos resultados obtidos pelos alunos nos testes de avaliação, por alguns grupos de docentes, é outra prática a sublinhar.

A utilização de uma diversidade de instrumentos de avaliação, como os testes, os trabalhos de grupo ou individuais, os portefólios, os trabalhos experimentais, os relatórios, entre outros, encontra-se generalizada, cumprindo-se, assim, o princípio da triangulação de instrumentos.

A avaliação da eficácia das medidas de apoio implementadas, designadamente a sala de estudo e os apoios pedagógicos, não é efetuada. Ainda que sejam elaborados relatórios que atestam sobre a pertinência daqueles, não são recolhidos dados que permitam conhecer o impacto dos mesmos na melhoria das aprendizagens dos alunos.

Dada a aprovação recente do projeto curricular de Escola, não estão ainda delineados procedimentos relativos à avaliação dos projetos curriculares de turma. Importa, contudo, referir que alguns deles não se constituem verdadeiramente como documentos orientadores do trabalho a efetuar com as turmas, o que inviabiliza uma avaliação rigorosa da sua eficácia.

A Escola tem investido em algumas áreas da prestação do serviço educativo, como o trabalho colaborativo entre docentes. Ainda que se registem aspetos bem conseguidos ao nível das práticas de ensino desenvolvidas e das atividades de ligação ao meio, reconhecem-se fragilidades, sobretudo nos campos da articulação e sequencialidade e na monitorização e avaliação do ensino e das aprendizagens, o que justifica a atribuição da classificação de **SUFICIENTE**.

3.3 – LIDERANÇA E GESTÃO

LIDERANÇA

A direção demonstra ter visão e estratégia, expressas no projeto educativo, que define objetivos, estratégias, metas e indicadores de medida. No entanto, algumas metas estabelecidas são indiferenciadas, sem ter em conta a taxa de sucesso das diferentes disciplinas e, em alguns casos, os indicadores de medida são imprecisos, o que compromete a avaliação daquele documento e uma orientação concertada para os resultados.

Das entrevistas realizadas perpassa a ideia de que a direção é disponível, aberta ao diálogo e que dá apreço ao contributo de cada elemento para o funcionamento da escola. Estas qualidades refletem-se no estabelecimento de um clima relacional favorável, o que é corroborado pelos resultados dos questionários aplicados, em que a maioria dos docentes e não docentes afirma que o ambiente de trabalho é bom. Situação idêntica ocorre quando se questionam as capacidades da direção em gerir os conflitos e em partilhar as competências e as responsabilidades.

A Escola apresenta uma boa abertura à comunidade, tendo parcerias eficazes, situação que foi, aliás, considerada um ponto forte na anterior Avaliação Externa. A ligação ao meio empresarial e a vários organismos/instituições encontra-se bem firmada e constitui uma mais-valia para o desenvolvimento organizacional, destacando-se, entre outros, as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, com a qual se estabelecem protocolos de formação, a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, a Junta de Freguesia de Alverca do Ribatejo, a Associação de Dinamização Empresarial e a Associação Juvenil Caminhar com Rumo.

O sentido de pertença e de identificação com a Escola encontra-se em desenvolvimento, sendo desencadeadas, nesse sentido, ações que reúnem a comunidade educativa em torno da organização, evidenciando-se o Dia do Patrono e a atividade de encerramento do ano letivo, bem como as desenvolvidas no âmbito do desporto escolar.

O Conselho Geral tem feito o acompanhamento e avaliação do projeto educativo, através, sobretudo, da análise dos relatórios produzidos pelos *observatórios de avaliações* e dos planos anuais de atividades e, na sua sequência, tem apresentado algumas sugestões de melhoria como, por exemplo, na planificação das visitas de estudo.

GESTÃO

O Diretor conhece as competências pessoais e profissionais do pessoal docente e não docente e procede de forma eficaz à distribuição de serviço, que se rege, também, por critérios definidos. Constata-se que é dada importância às formações/experiências específicas do pessoal docente, nomeadamente na atribuição do cargo de coordenação dos cursos profissionais, dos projetos em curso e na dinamização da formação interna, bem como na distribuição de serviço do pessoal não docente, em particular dos trabalhadores que exercem funções na biblioteca escolar e na portaria.

Existem critérios definidos para a constituição de turmas, elaboração de horários de alunos e de docentes. Contudo, no que respeita à afetação dos docentes às turmas e, sobretudo, às direções de

turma, nem sempre é garantida a continuidade, em casos onde tal poderia acontecer, o que indica uma gestão que não dá prioridade, por vezes, às questões pedagógicas.

O desenvolvimento profissional dos trabalhadores constitui uma das áreas onde se verificaram algumas melhorias, relativamente à última Avaliação Externa. De facto, a Escola tem potenciado a realização de formação interna, entre pares, sobretudo no âmbito da educação para a saúde e das tecnologias de informação e comunicação. Além disso, têm sido aproveitadas as oportunidades disponibilizadas pelas associações profissionais, para os docentes, e pela autarquia, para os trabalhadores não docentes, suprindo, em parte, os constrangimentos que se registaram, no ano anterior, ao nível do funcionamento do Centro de Formação Infante D. Pedro, sediado no estabelecimento de ensino. Porém, e apesar de se proceder a um levantamento das necessidades de formação, não foi elaborado o respetivo plano, em sintonia com as prioridades delineadas.

Os circuitos de informação e comunicação interna e externa têm sido alvo de um trabalho de melhoria que contribuiu para que se tornassem mais eficazes. Neste campo a Escola apresenta progressos importantes face à última Avaliação Externa. De facto, constata-se que a maioria dos trabalhadores concorda/concorda totalmente que a informação circula bem na escola. Os professores relevam a grande funcionalidade do correio eletrónico institucional. A página *web* do estabelecimento de ensino disponibiliza à comunidade educativa informação útil, especialmente junto dos alunos, e dá conta das atividades e projetos desenvolvidos.

AUTOAVALIAÇÃO E MELHORIA

A insuficiente consolidação da autoavaliação constituía um dos pontos fracos apontados na última Avaliação Externa. Globalmente, registaram-se alguns progressos, nesta área, ainda que se esteja muito aquém de um processo consolidado. A criação dos *observatórios das avaliações*, que recolhem indicadores no âmbito dos cursos científico-humanísticos/tecnológicos, profissionais e de educação e formação de adultos, constitui-se como a medida mais relevante. Na verdade, estas estruturas têm levado a cabo um trabalho rigoroso na organização e disponibilização de informação sobre os resultados académicos dos alunos/formandos, o que tem possibilitado a adoção de medidas destinadas à melhoria das aprendizagens, originando, assim, alguma coerência entre autoavaliação e ação para a melhoria.

Identificam-se ainda outras práticas, como a produção de relatórios sobre as atividades desenvolvidas que contribuem, igualmente, para o autoconhecimento da organização. Destaque, também, para a participação do estabelecimento de ensino num estudo realizado pelo Conselho Nacional de Educação a propósito do curso profissional de Técnico de Manutenção de Aeronaves, que concorreu, também, para aquele objetivo. A dinamização de um concurso intitulado *Uma Ideia para Mudar a Escola* pretendeu alargar à comunidade escolar a auscultação de propostas para a melhoria da Escola, o que levou à introdução de algumas alterações.

Porém, apenas no presente ano letivo foram dados outros passos significativos, como a constituição de uma equipa de autoavaliação que integra representantes dos diferentes elementos da comunidade educativa e a concretização de iniciativas de formação e de divulgação das ações previstas. Apesar dos constrangimentos verificados com a fusão dos dois estabelecimentos de ensino, estas medidas pecam, na verdade, por tardias.

Colocam-se, portanto, vários desafios a esta equipa, que se encontra bastante empenhada e determinada, nomeadamente a articulação entre as diferentes ações de autoavaliação existentes, a elaboração de um relatório verdadeiramente apoiado em indicadores e práticas avaliativas rigorosas, o alargamento a outras áreas de funcionamento da organização educativa e a implementação, monitorização e avaliação de planos de melhoria. O enraizamento da autoavaliação e o seu funcionamento em permanência, enquanto processo ao serviço da melhoria e do progresso sustentado do estabelecimento de ensino, afiguram-se, também, como objetivos prioritários.

A Escola é gerida por uma liderança que promove um bom clima de trabalho, estabelece parcerias eficazes e desenvolve, em vários campos, práticas de gestão adequadas. Há, de facto, uma maioria de pontos fortes nos campos em análise, ainda que subsistam áreas a melhorar, em especial na autoavaliação, pelo que a classificação deste domínio é de **BOM**.

4 – PONTOS FORTES E ÁREAS DE MELHORIA

A equipa de avaliação realça os seguintes pontos fortes no desempenho da Escola:

- A monitorização dos resultados académicos, através dos *observatórios de avaliações*, o que contribui para um conhecimento aprofundado dos mesmos;
- A oferta educativa diversificada e ajustada às necessidades das empresas locais, sobretudo ao nível dos cursos profissionais;
- O planeamento de atividades que têm em conta as especificidades do meio onde a Escola se insere;
- O desenvolvimento de práticas ativas e experimentais, na generalidade das disciplinas, e o envolvimento dos alunos em projetos e atividades estimulantes;
- A eficácia dos circuitos de comunicação externa e interna, área onde a Escola se desenvolveu significativamente, com impacto positivo no funcionamento organizacional;
- O estabelecimento de parcerias eficazes, em especial com as Oficinas Gerais de Material Aeronáutico, no âmbito do curso profissional de Técnico de Manutenção de Aeronaves.

A equipa de avaliação entende que as áreas onde a Escola deve incidir prioritariamente os seus esforços para a melhoria são as seguintes:

- As estratégias desenvolvidas na prevenção e na resolução dos casos de desistência a fim de melhorar o sucesso educativo;
- O envolvimento dos alunos nos processos de decisão, de modo a considerar-se o seu contributo no planeamento das atividades, bem como dos pais e encarregados de educação ao nível dos conselhos de turma;
- A articulação horizontal e vertical para que se assegure processos educativos menos estanques e a sequencialidade das aprendizagens;
- A supervisão da atividade letiva em sala de aula enquanto estratégia destinada ao desenvolvimento profissional dos docentes;
- A avaliação das medidas de apoio desenvolvidas de modo a determinar-se a sua eficácia para o sucesso dos alunos;
- A avaliação das aprendizagens, generalizando-se as boas práticas já desenvolvidas em alguns casos e aperfeiçoando-se os processos de definição e explicitação dos critérios utilizados;
- O processo de autoavaliação a fim de se garantir o seu enraizamento e continuidade e, conseqüentemente, o progresso sustentado da Escola.